



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SMDS  
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA

## ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

Nº. 026/2023

(*Plenária virtual*)

Aos dois dias do mês de agosto de dois mil e vinte três, às quatorze horas, reuniram-se para Assembleia Ordinária, virtualmente, pela plataforma Google Meet, sob a coordenação da Presidenta **CAROLINA AGUIRRE DA SILVA**, e na presença dos:

### **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:**

Carolina Aguirre da Silva, **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – CAIMC (TOPOGIGIO)**; Eduarda Roos, **Casa do Menino Jesus de Praga**; Priscila Contini Marcondes e Andriw Quadros, **Federação Espírita do Rio Grande do Sul – FERGS**; José Alfredo Nahas, **Parceiros Voluntários**; Rosana Fernandes Nunes, **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre, APAE/Porto Alegre**; Lenira L. da Silva, **Círculo Operário Porto Alegrense**; Francine Idiart, **Instituto Pobres Servos da Divina Providência – IPSDP**; Frei Luciano Elias Bruxel, **Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA**; João Batista Machado da Rocha, **Fundação O Pão dos Pobres**; Paulo Francisco da Silva, **Pequena Casa da Criança**; Theresinha Bastos, **Movimento, Movimento pelos Direitos da Criança e do Adolescente – MDCA**; Andréia Gilli e Ivana Frois, **Comunidade Evangélica de Porto Alegre – CEPA**.

### **CONSELHEIROS DO GOVERNO:**

Paulo Meira, **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SMDS**; Letícia Giardin, **Fundação de Assistência Social e Cidadania – Fasc**; Sônia Vieira, **Secretaria Municipal da Fazenda – SMF**; Aline Borges, **Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude – SMELJ**; Glaubia Martins, **Secretaria Municipal da Educação – Smed**; e Carlos Fernando Simões Filho, **Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV**.

### **DEMAIS PRESENTES:**

Kátia G. Rosa, **Administrativos CMDCA/FUNCRIANÇA**; Patrícia Costa Ribeiro, **Taquígrafa – TG Taquígrafia**.

### **PAUTA:**

**1. Abertura;**

**2. Debates e Deliberações;**

31 **2.1. Comissões: Executiva, Finanças, Políticas e Reordenamento;**

32 **3. Informes.**

33 Após a conferência de *quorum* foram abertos os trabalhos:

34 **1. ABERTURA;**

35 **2. DEBATES E DELIBERAÇÕES:**

36 **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**

37 **CAIMC (TOPOGIGIO):** Boa tarde. Primeiro, vamos para o motivo de estarmos no virtual,

38 houve um problema no esgoto da SMDS, que vocês tiveram que sair às pressas, praticamente,

39 de lá. Então, se originou várias conversas ali no grupo de WhatsApp, que eu acho muito bom,

40 porque eu acho que a nossa insatisfação nos movimenta e eu acho que isso é muito

41 interessante também. Na Executiva nós trouxemos esse assunto também para podermos

42 discutir, tirando algumas questões para a gente pode estar trabalhando. Nós vamos estar

43 oficializando a Prefeitura quanto a questões de reunião com o Prefeito e também vamos estar

44 oficializando a SMDS, a gerência, de questões que a gente precisa avançar. E depois tem mais

45 algumas outras ações em que eu acho que a gente vai dando sequência na frente, que a gente

46 vai trazendo as instituições para também trabalhar junto com a gente. Eu acredito, na verdade,

47 que está sustentável a questão da gente ficar no prédio da SMDS. Nós não temos um espaço e

48 eu nem falo mais de estrutura, porque isso já superou, a estrutura é insuficiente. A cada vez em

49 que eu vejo as fotos de vocês botando no grupo “despejados” e tudo mais, né, fica tão forte

50 para a gente, é tão feio. É um Conselho com tanto trabalho na cidade para ser tratado dessa

51 forma. Então, está bem insustentável essa situação e nós temos que nos posicionarmos de uma

52 forma mais forte, para que a gente possa realmente estar fazendo outros tipos de ações para

53 que a gente saia do prédio. Bom, eu vou trazendo as questões para vocês, os retornos. Já

54 vamos entrar na parte do Conselho Tutelar, sobre o processo João Virgílio... **Theresinha**

55 **Bastos, Movimento pelos Direitos da Criança e do Adolescente – MDCA:** Ai, Jesus!

56 **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**

57 **Caimc (Topogigio):** Pois é, assim, nós soubemos ontem de que... Paulo, cadê tu para me

58 ajudar. Fala o que aconteceu. **Paulo Meira, Secretaria Municipal de Desenvolvimento**

59 **Social – SMDS:** Então, só para contextualizar a situação, nós tivemos o parecer da Comissão

60 Especial, tivemos um recurso interposto pelo Conselheiro Rafael, tivemos contrarrazões

61 apresentadas pelo requerente João Virgílio. Ao fim e ao cabo, antes mesmo de nós

62 deliberarmos a respeito da situação que já era posta, por tudo que já é conhecido, ontem, no

63 final do dia, mas ainda não oficialmente, porque foi disponibilizado pelo Conselheiro Rafael a  
64 informação, ele impetrou um mandado de segurança, de modo que eles vão anular parte do  
65 processo administrativo original de novo. Já tem uma decisão nesse sentido, uma liminar. E a  
66 PGM ainda não se manifestou em relação ao encaminhamento que ela impera por parte do  
67 CMDCA. Então, resumidamente, é isso, nós teremos mais uma vez parte do processo anulado  
68 e deverá ser refeito por algumas falhas processuais que eles acusaram. E vida que segue, de  
69 novo vamos ter que tomar todos os cuidados possíveis, desejados e necessários para que a  
70 gente não tenha outra intercorrência. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento**  
71 **Integrado do Morro da Cruz – CAIMC (Topogigio):** Bom, talvez na próxima semana,  
72 provavelmente, a gente tenha um desdobramento já com parecer da PGM para a gente poder  
73 ver o que a gente vai conseguir fazer. Se nós vamos reabrir a Comissão Especial, se vamos  
74 fazer outra Comissão Especial, se nós vamos ouvir no próprio CMDCA, não sei. Então, a  
75 gente vai ver o que a PGM vai estar orientando e a partir da próxima a gente vai fazer o  
76 desenrolar do próximo capítulo. **Theresinha Bastos, Movimento, Movimento pelos Direitos**  
77 **da Criança e do Adolescente – MDCA:** Ele fez a prova? **Paulo Meira, Secretaria**  
78 **Municipal de Desenvolvimento Social – SMDS:** Fez e passou. Ambos passaram, tanto o  
79 João Virgílio, quanto o Conselheiro Rafael. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**  
80 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – CAIMC (Topogigio):** Bom, agora voltamos  
81 para as eleições do Conselho Tutelar 2023, nós temos algumas questões para tratar. Paulo, por  
82 favor, pode trazer os resultados. Eu não vi se vocês trouxeram a questão daqueles candidatos  
83 pós-prova. **Paulo Meira, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SMDS:** Eu  
84 tenho aqui também. Então, dos 307 candidatos inscritos, 282 haviam sido aptos para fazer a  
85 prova. Desses 282 candidatos, 259 foram aprovados e 23 deles reprovados, sendo que desses  
86 23, 5 deles foram reprovados pelo simples fato de não terem comparecido no dia da prova, né.  
87 Então, essa quantidade de 259 candidatos aprovados é um percentual de aprovação de 91.84%  
88 dos candidatos que inicialmente eram aptos a prestarem a prova. Então, nós tivemos aí uma  
89 aprovação bastante significativa. E opinião minha, primeiro, porque a prova estava condizente  
90 com o nível dos candidatos, que a prova foi muito bem elaborada priorizando a fácil  
91 compreensão dos enunciados e respostas condições com o texto das normas. Inclusive, foi uma  
92 preocupação da Presidente Carol.

93 **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**  
94 **CAIMC (TOPOGIGIO):** E na mesma linha o que a gente poderia publicar no site é a síntese,

95 porque fica ali que no dia tal passaram tais assuntos e tais instituições, porque o grosso da  
96 discussão não interessa aos demais. Lógico, a gente sabe que a Patrícia tem o cuidado de às  
97 vezes a gente estar brincando, porque a gente acaba brincando aqui, a brincadeira não vai para  
98 a ata, mas mesmo assim, pode escapar alguma coisa e não é o interessante. Então, a gente  
99 pode tirar isso. Viu, Kátia? Vai para o site somente a síntese das atas. Ok? Outra questão,  
100 amanhã temos a homenagem para o CMDCA, na Câmara de Vereadores, às 14 horas. Eu  
101 conto com a presença de vocês, para que seja muito mais bonito com todos nós lá. Já fizemos  
102 o convite para as autoridades, os vereadores. Nós fizemos o convite para as instituições.  
103 Então, é para ser um momento bem legal, bem bonito para todos nós. Outra quando, ontem a  
104 Theresinha, o Carlos e eu conversamos com a Deputada Adriana Lara. Eu esqueci de passar  
105 para a Comissão de Políticas, mas já vou passar, a proposta de lei, é um projeto de lei, na  
106 verdade, que ela trouxe para a gente poder analisar. A proposta dela, o título, proíbe a  
107 participação de crianças e adolescentes em eventos com cunho sexual, apologia de gênero,  
108 exibição de cenas eróticas, pornográficas ou incentivo de uso de drogas no território do Estado  
109 do Rio Grande do Sul. Depois tem o projeto aqui, são quatro artigos e tem a justificativa  
110 também. Então, vai para a Comissão de Políticas para a gente poder se manifestar. Ela pediu  
111 que a gente possa se manifestar de forma bem tranquila, nada tão formal, mas a ideia é de que  
112 cada projeto que estiver voltado a crianças e adolescentes, tendo Porto Alegre como a Capital,  
113 ela vai solicitar um parecer nosso, digamos assim. Eu vou passar para vocês darem uma  
114 olhada. Nós até mencionamos que havia um projeto semelhante feito pela Comandante Nádia,  
115 mas era voltado à questão com os recursos públicos, se eu não me engano. Então, com recurso  
116 público não poderia ter. Aí ela trouxe uma questão um pouco maior. Na saída nós  
117 conversamos um pouquinho, que apesar dessas questões já estarem no ECA, reforçadas ali,  
118 sempre é válido reforçar, mas a gente poderia estar sugerindo outra forma de texto ou talvez  
119 uma forma mais abrangente e não fixando tanto. Ela trouxe o exemplo de que houve uma  
120 marcha da legalização do uso da maconha e que tinha crianças na frente da marcha. **José**  
121 **Alfredo Nahas, Parceiros Voluntários:** Olha, eu estou lendo aqui e acho bem complicado o  
122 que ela está colocando no artigo dela. Eu sou contra. Ela coloca assim: “Fica proibida a  
123 participação de crianças e adolescentes em eventos de cunho sexual ou apologia de gênero,  
124 exibição de cenas eróticas...” Ok! “...incluindo Parada de Orgulho LGBTQI+”. Eu sou  
125 totalmente contra. É bem complicado. Qual o problema de você levar uma criança ou filho teu?  
126 O mundo mudou. Eu como CMDCA não concordo. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**

127 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – CAIMC (TOPOGIGIO):** Por isso nós  
128 falamos do texto ser mais amplo. **José Alfredo Nahas, Parceiros Voluntários:** Ela não pode  
129 partir da premissa que Parada LGBTQI+ é de cunho sexual. **Carolina Aguirre da Silva,**  
130 **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – CAIMC (TOPOGIGIO):** Foi o  
131 que eu trouxe ontem na questão da Parada LGBT, porque hoje ela está mais para um  
132 movimento cultural do que qualquer outra situação. Hoje não vão só pessoas na parada que  
133 são LGBTQI+, vão famílias de forma geral, vai todo mundo. Então, nisso a gente tem que  
134 pensar. **José Alfredo Nahas, Parceiros Voluntários:** Da forma como está escrito não dá.  
135 **Glaubia Martins, Secretaria Municipal da Educação – SMED:** Eu queria pontuar, ainda  
136 na fala do Zé Nahas, que em São Paulo, depois da Parada LGBTQI+ deste ano suscitou  
137 também na Câmara de Vereadores de São Paulo, Capital, um movimento parecido para criar  
138 leis. Aí veio todo um antemovimento, porque nós não podemos esquecer que há pais e mães  
139 homoafetivos, que levam seus filhos e estão exercendo um direito constitucional à paternidade  
140 e à maternidade. Então, essa parte específica que o Zé pontua é muito complicada. A Parada  
141 LGBTQI+no passado, porque no Brasil o histórico dela é de 50 anos, nasceu sim com um  
142 cunho muito mais libertador, com exposição sexual. Só que nós não podemos tirar isso, que é  
143 um direito constitucional de pai e mãe exercer de levar ou não seus filhos, aí a gente tem que  
144 contar com o bom sendo. Agora, legislar e limitando esse direito, que é constitucional, acho  
145 perigosíssimo. **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de Governança Local**  
146 **– SMGOV:** Eu achei interessante a abertura deputada em nos receber. É melhor nos receber  
147 para a gente fazer o que estamos fazendo, que é ler, analisar, debater e fazer sugestões de  
148 alteração, porque ela disse que acolheria as nossas sugestões, que passaria todo e qualquer  
149 demanda da área da infância e juventude a partir de agora. Achei pertinente. Creio que a gente  
150 deva fazer essa análise para lá da tipologia do evento ou do contexto. Eu pesquisei aqui  
151 rapidinho, a Parada LGBT de Porto Alegre 2023 atinge 150 mil pessoas e a Feira do Livro do  
152 ano passado, dos 250 anos, 72 bancas, 1 milhão de pessoas em 10 dias. A nossa preocupação  
153 tem que ser sempre a mesma, crianças de perdem nesses eventos e megaeventos. O trabalho  
154 infantil acontece nesses eventos e megaeventos. Se estão acompanhadas não é um problema, se  
155 tem ali o familiar, as pessoas da sua composição tranqüilizo. Agora, o que a gente tem que  
156 debater com a deputada e a gente conseguiu conversar um pouco com ela obre isso ontem, é  
157 que o trabalho infantil está se alastrando, a situação de rua é real, a Cidade dos Trilhos voltou,  
158 aconteceu o que tínhamos em 2021, a gurizada está vindo de Novo Hamburgo para cá via

159 Trensurb para vender Mandolates e depois volta no final do dia. Então, nós temos que fazer as  
160 nossas representações de Competi, de Evesca, de todas que o CMDCA tem, fazer prevalecer  
161 também esses projetos de lei dos vereadores e deputados. A minha sugestão é que a gente faça  
162 essa análise nas comissões, faça sugestões e leve para ela de volta aquilo que a gente necessita  
163 de monitoramento de políticas, de campanhas, como a gente pediu para ela nos apoiar com a  
164 questão da Trensurb, assim outros deputados e vereadores também. Eu só acho estranho que a  
165 Frente Parlamentar da Criança e do Adolescente nesta gestão não nos convida para nada,  
166 também não sei se vai estar amanhã na homenagem e não estimula nada de inclusão e proteção  
167 às crianças e adolescentes. **Eduarda Roos, Casa do Menino Jesus de Praga:** Eu acho que  
168 esse trecho do artigo, a elaboração do texto está bem tendenciosa e com um bom juízo de valor  
169 da deputada, porque uma marcha pela legalização da maconha não significa que é uma marcha  
170 de incentivo ao uso de drogas. Muito pelo contrário, também muito dessas pautas são lutas de  
171 pessoas com epilepsia e outras condições, como até o câncer, que o Canabidiol e outras  
172 substâncias derivadas da maconha, que não são psicoativas, é uma luta por uma questão de  
173 saúde. Então, eu acho que pais e seus filhos não deve ter esse direito cerceado. Outro ponto é  
174 esse trecho: “apologia de gênero”. O que isso significa? Gênero é masculino, femininos,  
175 podemos incluir não binário com essas novas discussões. Mas o que seria uma apologia a isso?  
176 Gênero é um conceito estabelecido, não tem como fazer, vai fazer apologia a quê? À mudança  
177 de gênero de uma criança? É isso que ela quer dizer aqui? Não sei, enfim. **Carolina Aguirre**  
178 **da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – CAIMC**  
179 **(TOPOGIGIO):** E a idade para que tu possas escolher o que quer ser. É fala dela. Também  
180 falou na questão se a gente sabia que hoje em dia já tem hormônios sendo aplicados em  
181 crianças para já a mudança ou impedir a mudança do corpo, algo nessa linha. **José Alfredo**  
182 **Nahas, Parceiros Voluntários:** Bom, de novo, da forma como está é muito mais na questão  
183 moral dela, que sou totalmente contra e a gente tem que tomar muito cuidado, Carol. Eu não  
184 sou conhecedor do ECA na sua íntegra, mas imagino que no ECA já conste isso que ela está  
185 colocando em relação. Então, eu fico sempre me perguntando o que ela está legislando?  
186 Porque para mim se já tem a lei que me diz em relação à proibição das crianças nessas questões  
187 eróticas, que é mais que notório, aqui está tendo uma questão muito mais tendenciosa em  
188 relação à questão da moral da cabeça dela, sexual. E a gente como CMDCA, como Conselho,  
189 tem que tomar muito cuidado. O mundo mudou, gente! Entendeu? Eu sou um cara casado  
190 com outro homem há 18 anos, eu tenho dois filhos. O mundo mudou e isso me irrita

191 profundamente traz esse tipo de preconceito que ela está trazendo. **Carolina Aguirre da**  
192 **Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – CAIMC (TOPOGIGIO):**  
193 O ECA já traz, eu tenho certa resistência a criar lei sobre lei para reforçar a lei. Eu não gosto  
194 disso. Ah, mas tem que ser dito o óbvio! Concordo1 tem que ser reforçado! Concordo! É triste  
195 fazer uma lei para dizer que tu não podes maltratar, judiar, punir com agressões físicas o teu  
196 filho. Isso não teia nem que ser dito, teria que ser uma coisa lógica, óbvia. Ok! Acredito que o  
197 que a gente poderia tentar tirar desse suco azedo um sabor talvez é colocar na questão do uso  
198 da imagem dessa criança, talvez nessa linha. Por exemplo, aquele jogo do Inter em que aquele  
199 homem filho de uma boa mãe foi com uma criança no colo dar um soco em outra pessoa,  
200 lembram? Mas assim, o problema não era ele levar o filho no jogo, o problema foi ele estar  
201 com o filho no colo no momento em que queria brigar com outra pessoa. Então, não tem o  
202 problema de levar teu filho, o problema é usar o teu filho até mesmo como escudo para agredir  
203 outra pessoa. Isso é outra situação. **José Alfredo Nahas, Parceiros Voluntários:** Mas, Carol  
204 ainda dá para se basear na lei e acionar o cara. É isso que eu quero dizer. **Sônia Vieira,**  
205 **Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Carol, nós aqui e os colegas que estão no virtual  
206 não conseguimos ler esse ofício, eu não conheço a deputada, então, penso em abrir primeiro  
207 um processo SEI, se for o caso, disponibiliza por e-mail, enfim, mas disponibilizar a todos os  
208 Conselheiros para que todos tenham ciência do que ela está pedindo. A gente não consegue  
209 enxergar e nem ler o que está aí, enfim. Segundo, temos que ter o cuidado de não estarmos  
210 servindo de manobra para ela impor alguma coisa que seja somente do interesse dela e não do  
211 Conselho e também não de quem a gente representa. E nós temos a nossa PGM, que pode nos  
212 orientar de que maneira podemos responder isso. eu acho que fica muito mais alinhado com a  
213 PGM, porque diz que pode responder de maneira informal, mas o Conselho não vai responder,  
214 não existe uma resposta de maneira informal. Então, assim como ela mandou um ofício  
215 pedindo a presença do Conselho no Gabinete dela, assim o Conselho também tem que se  
216 manifestar depois no parecer formal. E eu concordo com o Zé, só que eu também entendo que  
217 a gente vai ter que ter o conhecimento do que diz esse ofício. **Carolina Aguirre da Silva,**  
218 **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – CAIMC (TOPOGIGIO):** O Zé  
219 está tirando foto do ofício para colocar no grupo para vocês. Então, para esse material nós  
220 vamos criar um SEI para que a gente possa estar se manifestando. Kátia, vamos encaminhar a  
221 partir do SEI uma consulta para a PGM, para que possa se manifestar. eu acho que a questão  
222 fica bem encaminhada para que a gente possa estar respondendo como Conselho realmente.

223 Ela disse para responder pelo Whats, mas jamais ia responder de uma forma tão corriqueira,  
224 tão casual. Então, para que a gente possa também estar organizando o que é e jamais servir  
225 também de manobra. **Glaubia Martins, Secretaria Municipal da Educação – SMED:** As  
226 falas da Eduarda e do Zé foram muito felizes, porque a gente não sabe, tem muita gente  
227 querendo pegar carona e aqui eu falo do grupo de políticos mesmo, embaixo dessa pseudofrase  
228 da moral e dos bons costumes, que é abaixo a ideologia de gênero. A pergunta da Eduarda foi  
229 muito pertinente, embaixo disso, eu como linguista, digo para vocês que cabe um monte de  
230 coisa. É aí que mora o perigo, senão vamos cair na lei pela moralização disfarçada de lei para  
231 regular, mas para regular nós temos o ECA, a Constituição, que são leis maiores. O ECA é  
232 uma emenda constitucional. Então, não é assim, porque já está lá dentro do ECA quais soa os  
233 locais e horários adequados, o que se deve evitar em termos de proteção á criança e ao  
234 adolescente. Não precisamos de mais leis, concordo *ipsis literis*, não precisamos de legislação  
235 para reafirmar o que já está posto. Foram 30 anos de batalha para fazer valer o ECA. Carlos,  
236 eu concordo contigo em um ponto, da tua fala total ali, que é em relação ao trabalho infantil,  
237 ao invés de estar discutindo que ele voltou e o trabalho continua, acontece, eu diria, que na  
238 maioria dos lares brasileiros. Então, a sociedade fechou os olhos, principalmente no período  
239 pandêmico e agora no pós-pandemia para algo que é muito sério, é muito grave. Atrás disso,  
240 agora, vem esse movimento para salvar as crianças e adolescentes da ideologia de gênero, seja  
241 lá o que cada um entenda com isso, porque não há uma definição clara e isso não é discurso  
242 político. Lugar de criança é na escola e a sociedade falha todas as vezes que o direito de uma  
243 criança, de um adolescente é violado e o trabalho infantil é uma violação gravíssima, é uma das  
244 piores, conforme o manualzinho da ONU. Depois que a gente resolver o trabalho infantil e  
245 outras formas de violação, podemos discutir o que realmente a sociedade brasileira quer e  
246 entende como ideologia de gênero, que seja em um espaço adequado, que não é esse. **Frei**  
247 **Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Eu também  
248 acho que não é uma questão de escolha, ninguém escolheria uma questão de gênero para sofrer  
249 preconceito, violência, o que a gente está cansado de ver todos os dias nas notícias por este  
250 Brasil e por este mundo afora. A gente viu no cenário político toda a questão do fascismo, da  
251 instrumentalização da moral religiosa, dos ditos bons costumes, no sentido de um uso político  
252 muito perigoso. **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de Governança**  
253 **Local – SMGOV:** Eu vi agora a foto que o José botou no grupo e olto a dizer, concordo que  
254 a gente tem que abrir o SEI, fazer a análise, mas reafirmo a sugestão da gente fazer a análise

255 para além disso que ela traz aqui, porque ela nos pediu análise e sugestões. Então, o debate é  
256 para análise e sugestões de alterações diversas. Eu lendo de novo consigo enxergar, talvez  
257 porque eu esteja participando mais da questão do enfrentamento ao trabalho infantil, a situação  
258 de prevenção de violações de direitos e violências que é o seguinte, é um dado alarmante 5pss  
259 por dia somem em Porto Alegre. Sabemos disso? Onde estão os cartazes, aqueles que tinham...  
260 **José Alfredo Nahas, Parceiros Voluntários:** Mas você acha que uma lei vai resolver,  
261 Simões? **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de Governança Local –**  
262 **SMGOV:** Não, só um pouquinho, deixa eu fazer meu pensamento primeiro. Eu acho que  
263 existe um afastamento das políticas públicas em geral, não só da área de segurança, mas de  
264 todas, que a gente não está se dedicando a pleno e depois que a coisa aconteceu já virou  
265 acolhimento institucional, já virou Crai, já virou situação de rua-morada, não é mais rua-  
266 sobrevivência. Então, eu enxerguei o documento dela para essa temática que a gente tem  
267 dentro dos conselhos. Então, temos que sugerir “isso não”, “isso não”, “isso não”? Com  
268 certeza! Mas eu também vejo a oportunidade seguinte, o que o poder público e as cidades do  
269 Rio Grande do Sul estão fazendo para enfrentar as crianças que se perdem e as crianças do  
270 trabalho infantil? Está tendo a Expointer, tem algum trabalho de monitoramento do trabalho  
271 infantil lá? Não! E tem já inúmeras denúncias. Eu tive hoje de manhã uma reunião com a  
272 Secretaria Região de Trabalho e Emprego. Então, a coisa existe, é grave e ela faz várias  
273 propostas que nós não temos que concordar, mas nós temos que rebater e sugerir o que nós  
274 precisamos. Na minha opinião, precisamos de campanhas, muitas campanhas. **Glaubia**  
275 **Martins, Secretaria Municipal da Educação – SMED:** Desculpa os que estão inscritos, mas  
276 eu preciso falar. Campanha sim, nós dois somos “gov” aqui, mais os que são “gov”, sabemos  
277 que havia uma campanha no passado não tão distante dentro da secretaria que eu aqui  
278 represento, exatamente para desmobilizar o trabalho infantil, era pioneiro e exemplar. Só que  
279 isso foi parar onde, Carlos? Eu não sei se isso não é pauta para levar para o Prefeito, porque  
280 havia uma comissão dentro da Smed articulada com a Fasc, com os Conselheiros Tutelares e  
281 isso se perdeu. Foi exemplo para outros Estados, que é a Ficai, que é um instrumento  
282 belíssimo, o aluno que está na escola não está trabalhando, pelo menos não está na rua  
283 mendigando. Concordo contigo nesse ponto, quem sabe tenhamos que ressuscitar algo em  
284 Porto Alegre que foi importante, tem livros publicados sobre isso, tem gente dessa época ainda  
285 dentro da secretaria... [Falas concomitantes]. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**  
286 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – CAIMC (TOPOGIGIO):** Nós temos

287 inscritos, pessoal! E temos que encaminhar. **Priscila Contini Marcondes, Federação**  
288 **Espírita do Rio Grande do Sul – FERGS:** Eu agradeço, a linha fala é em decorrência da boa  
289 fala do Calo, do Zé e do Frei. Eu só peço que as falas sejam espaçadas e cada um fale na sua  
290 vez. O Frei estava trazendo algumas informações muito relevantes em complemento ao que o  
291 Zé havia falado. Então, eu devolvo a palavra e só peço que, por favor, não se sobreponham  
292 também às falas das organizações da sociedade civil, em especial as pessoas que têm um vasto  
293 conhecimento e muito antigo. O Frei tem algumas informações relevantes e eu gostaria de  
294 ouvir e não foi possível, mas obrigada, Carol. **Sônia Vieira, Secretaria Municipal da**  
295 **Fazenda – SMF:** Eu li agora o documento, mas esse documento aqui, com todo o respeito, eu  
296 acho que a gente está tirando a autonomia da família, dos pais definirem para onde vão essas  
297 crianças. Assim, são coisas distintas, Carlos, do que tu colocas. Campanha ok, contra o  
298 trabalho infantil, é uma série de coisas, mas não o que ela está colocando ali. Então, eu  
299 concordo com o Zé, é uma lei em cima de outra lei que é em cima de outra lei, a gente não  
300 precisa disso, podemos fazer campanhas e outras ações, mas trabalharmos de outra forma, mas  
301 não uma lei que vai dizer o que eu como pai ou mãe vou definir. Então, talvez a gente esteja só  
302 jogando que tem uma lei que tu não podes fazer isso, não pode levar teu filho ali, não pode  
303 levar teu filho ali e aqui. De novo, quem define isso é a família, no meu entendimento, não  
304 precisamos desta lei aqui, eu não consegui enxergar nada que vá acrescentar para a criança  
305 dentro desse projeto dela. Essa é a minha visão, mas, enfim, a gente vai conversando.  
306 **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**  
307 **CAIMC (TOPOGIGIO):** Ok. Então, vamos criar um processo SEI para que a gente possa  
308 ter essa visibilidade e poder estar encaminhando à PGM para a gente poder estar respondendo  
309 de uma forma com contexto, na verdade. E penso que no momento da resposta entra o que o  
310 Carlos está falando, que é da gente não fechar as portas com a deputada, mas poder sugerir  
311 algumas pautas e questionamentos para que o futuro a gente possa estar encaminhando outras  
312 questões também. **Theresinha Bastos, Movimento, Movimento pelos Direitos da Criança e**  
313 **do Adolescente – MDCA:** Eu fecho contigo, eu acho que essa foi a finalidade, pelo menos  
314 para mim, o fato dela abrir o Gabinete dela, seja do PMDB, do MDB, de quem for, para a  
315 gente sugerir uma assembleia. Isso eu achei importante, a única coisa. **Carolina Aguirre da**  
316 **Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – CAIMC (TOPOGIGIO):**  
317 Isso! Nós já solicitamos que ela agende uma pauta com o presidente da Trensurb para a gente  
318 conversar sobre a questão do trabalho infantil em que está sendo um meio de circulação,

319 digamos assim, como o Carlos trouxe. Também questionamos sobre a Aprendizagem da  
320 Trensurb. Aí ficamos nos questionando se a Trensurb em algum momento teve aprendizagem,  
321 as cotas. **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de Governança Local –**  
322 **SMGOV:** Eu descobri hoje de manhã, com a Dra. Denise Brambilla, que eles têm 12 jovens  
323 aprendizes e pela lei eles teriam que ter 38. Então, quando a gente fizer a visita na Trensurb  
324 para retomar a campanha de trabalho infantil na Cidade dos Trilhos, no final da conversa já dá  
325 para reivindicar o cumprimento de lei. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento**  
326 **Integrado do Morro da Cruz – CAIMC (TOPOGIGIO):** Ok. Vamos seguir na nossa pauta.  
327 Nós recebemos uma solicitação de verba emergencial da Instituição Centro Educacional Santa  
328 Catarina, que a Luana está presente na plenária. No período da chuvarada a instituição alagou  
329 e se perdeu praticamente toda a mobília da instituição. Eu fui atrás do ofício e já encaminhei o  
330 SEI, depois encaminho para a Comissão de Finanças para a gente poder apreciar. Nós estamos  
331 solicitando para a instituição um miniprojeto, porque foi só pedido a verba. Então, a gente  
332 precisa entender, Luana, o que vocês precisam, aí pode descrever. Precisa da justificativa, o  
333 projeto, descreve ali tudo. No ofício já tem as fotos do que aconteceu, os estragos e tudo mais.  
334 São bem fortes as fotos, uma judiaria com tudo, mas para poder instrumentalizar o projeto é  
335 melhor, principalmente a questão do que a instituição precisa comprar. **José Alfredo Nahas,**  
336 **Parceiros Voluntários:** E também precisamos de três orçamentos na Comissão de Finanças, o  
337 que puder já encaminhar para a gente também poder agilizar. **Carolina Aguirre da Silva,**  
338 **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – CAIMC (TOPOGIGIO):** O que  
339 puder enviar é melhor. **José Alfredo Nahas, Parceiros Voluntários:** Envia para a Comissão  
340 Mista, aí a gente trata em caráter emergencial. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**  
341 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – CAIMC (TOPOGIGIO):** Se estiver com  
342 toda a documentação a gente pode enviar para a Executiva e já trazer para a plenária. **José**  
343 **Alfredo Nahas, Parceiros Voluntários:** Mas na mista entra em caráter emergência e as  
344 comissões já resolvem. Se faltar alguma coisa a gente já liga para a instituição, como a gente  
345 sempre faz. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:**  
346 Carol, tinha outrora uma discussão do que se definiu como emergencial, até para o Conselho  
347 ter um critério de quando atender, tinha uma resolução do Conselho que definia. Na época  
348 surgiram vários pedidos e nessa resolução dava as orientações. **Carolina Aguirre da Silva,**  
349 **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – CAIMC (TOPOGIGIO):** Kátia,  
350 veja para nós essa resolução, por favor. Essa é uma resolução de verba emergencial, deve ser

351 de 2014, de acordo com a memória da Patrícia. Só para a gente ver o que está lá, para que a  
352 gente não fique decidindo algo que decidimos lá. Mais alguma coisa, além dos assunto que a  
353 gente já trouxe? **Francine Idiart, Instituto Pobres Servos da Divina Providência – IPSDP:**  
354 Nós temos ver a Resolução nº 150, reforçando que a gente tem recebido projetos... **Carolina**  
355 **Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – CAIMC**  
356 **(TOPOGIGIO):** Sim, eu tinha falado de deixarmos como tema de casa, da gente ver. A Elaine  
357 colocou algumas coisas em relação ao projeto e isso a gente trouxe que conforme a gente vai  
358 fazendo o projeto é que vamos ver o que está com problemas, repetições e coisas assim. A  
359 gente tem que botar um marco e acredito que o marco é a publicação da resolução, a partir de  
360 que data que a gente vai receber, de acordo com os novos anexos. **José Alfredo Nahas,**  
361 **Parceiros Voluntários:** Mas na resolução está bem claro isso. **Carolina Aguirre da Silva,**  
362 **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – CAIMC (TOPOGIGIO):** A  
363 contar da data da publicação? **José Alfredo Nahas, Parceiros Voluntários:** A partir da  
364 publicação, os novos projetos têm que vir no novo modelo e aqueles que entraram antes serão  
365 apreciados de acordo com o modelo. Está bem claro, ficou bem colocado isso. **Carolina**  
366 **Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – CAIMC**  
367 **(TOPOGIGIO):** No site não estava. Também ainda estão os anexos anteriores. Kátia, isso  
368 nós vamos ter que atualizar os anexos da Resolução nº 150. Gurias, sendo a chata da história,  
369 nós vamos ter que devolver para as instituições para que atualizem no modelo correto.  
370 **Francine Idiart, Instituto Pobres Servos da Divina Providência – IPSDP:** A gente já está  
371 fazendo esse fluxo, a gente só quis pautar isso porque é relevante em relação a isso trazer uma  
372 comunicação para que as outras entidades que também apresentarem projetos não precisem ter  
373 esse retrabalho. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro**  
374 **da Cruz – CAIMC (TOPOGIGIO):** Baita retrabalho! **Márcia, Associação Cristã de**  
375 **Moços do RS – ACM:** Porque no fim as instituições que estão sabendo são as que estão  
376 dentro do CMDCA. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do**  
377 **Morro da Cruz – CAIMC (TOPOGIGIO):** Acho que não mandamos para o Fórum da  
378 Resolução nº 150. O João quer falar. Está sem microfone. Digita no chat, então, João. Olha o  
379 Carlos (chat): “Há mais uma informação na PGM vetando a função do captador? Se sim  
380 precisamos fazer as nossas considerações nesse SEI para análise do Procurador-Geral Roberto  
381 Rocha”. **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de Governança Local –**  
382 **SMGOV:** Porque hoje de manhã, refletindo e conversando sobre esse assunto, acho que vai

383 ter reanálise. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da**  
384 **Cruz – CAIMC (TOPOGIGIO):** Sim, tem que ter. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto**  
385 **Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Por causa do registro daquela instituição da  
386 semana passada, eu fui lendo várias resoluções, depois até queria fazer uma consideração.  
387 **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**  
388 **CAIMC (TOPOGIGIO):** Só vamos passar umas questões do Conselho Tutelar, não  
389 podemos esquecer. O Paulo está em uma reunião no GP. Então, só para a gente poder saber,  
390 na segunda-feira nós tivemos o sorteio dos números de urna dos candidatos, foi na segunda-  
391 feira lá na Câmara. No dia 18, às 14 horas, ainda está a ser fechado o local, mas vai ter a  
392 formação para o que pode e não pode na campanha do Conselho Tutelar. Então, é interessante  
393 que a comissão esteja lá em peso. Em princípio é para ser na Câmara, só estamos vendo a  
394 cedência certinha do local. Nós já estamos notificando aqueles cinco candidatos que o  
395 Ministério Público indicou há duas semanas atrás, lembram? O Ministério Público tinha  
396 encaminhado alguns questionamentos sobre alguns candidatos, nós já estamos notificando para  
397 dar o período de defesa para eles. Temos outras duas impugnações também, que estão a  
398 chegar em curso e fomos notificados também de um mandado de segurança pelo Candidato  
399 Joel, da Micro 04, que foi reprovado na prova porque não marcou adequadamente os campos  
400 da resposta, indo contra ao edital e ao próprio cartão de respostas. Então, ele está entrando  
401 com o mandado do segurança para poder concorrer, vamos ver quais são os próximos passos.  
402 Nós precisamos atualizar também, Kátia, no site do CMDCA os dados sobre a eleição, tudo,  
403 urnas, candidatos, as listagens, porque só tem o Edital 01 e acho que a correção do edital, na  
404 verdade. Pode ver com o Paulo o que tem que colocar lá, porque como vai ser a Rossana que  
405 vai estar atualizando, aí pode ver com o Paulo o que precisa estar no site para vocês anexarem.  
406 O João Virgílio, então, nós estávamos no processo de poder ver o processo, mas o  
407 Conselheiro Rafael, que era a pessoa que tinha entrado com recurso, com a denúncia, na  
408 verdade, depois entrou com um recurso e ganhou um mandado de segurança zerando todas as  
409 decisões que a gente não tinha tido, porque o Juiz entende que a gente não ouviu o Rafael, a  
410 policial e talvez demais testemunhas. Então, a PGM nos orienta que a gente reabra a Comissão  
411 Especial com poderes de Comissão Eleitoral, dando um prazo de mais uns 30 dias ou até 30  
412 dias para que essa comissão possa fazer a escuta de todos os demais envolvido, aí emitir novo  
413 parecer. Compreenderam? **Aline Borges, Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e**  
414 **Juventude – SMELJ:** A mesma comissão? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**

415 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – CAIMC (TOPOGIGIO):** A mesma  
416 comissão. Eu não tinha falado contigo, Aline, e nem contigo, Letícia, só tinha falado com o  
417 Rodrigo, mas, então, para a gente poder reabrir essa comissão com o prazo de até 30 dias. Isso  
418 sim nós precisamos votar para que aconteça todo o rito normal. **Francine Idiart, Instituto**  
419 **Pobres Servos da Divina Providência – IPSDP:** Mas para além da Brigada, para além do  
420 Rafael, se escuta as testemunhas de novo, a esposa, as pessoas que estão no processo?  
421 **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**  
422 **CAIMC (TOPOGIGIO):** Na verdade, vai ter que se ver todas as pessoas citadas no processo  
423 para serem ouvidas. E penso que isso tem que se destrinchar. Ah, quer apresentar alguma  
424 testemunha? Apresenta! Eu penso dessa forma, as pessoas do processo. **Francine Idiart,**  
425 **Instituto Pobres Servos da Divina Providência – IPSDP:** As que foram ouvidas e as que  
426 não foram ouvidas? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do**  
427 **Morro da Cruz – CAIMC (TOPOGIGIO):** Isso. penso que todas as pessoas que estão  
428 envolvidas no processo original, que pelo que eu li seria a policial, o conselheiro que fez a  
429 denúncia, alguma outra testemunha que se tenha. Eu penso que é isso, para a gente poder  
430 destrinchar o máximo, fazer a escuta de todos, dar direito à defesa para todos e fazer o  
431 processo de forma mais fluída, digamos assim. **José Alfredo Nahas, Parceiros Voluntários:**  
432 A comissão tem esse poder de julgamento? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**  
433 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – CAIMC (TOPOGIGIO):** De acordo com o  
434 edital sim. A Comissão Eleitoral pode julgar qualquer denúncia na primeira instância, após a  
435 decisão da comissão, se a pessoa ainda se sente prejudicada entra para o Conselho, que é a  
436 final. **José Alfredo Nahas, Parceiros Voluntários:** Mas nesse caso ele já não entrou no  
437 judiciário? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da**  
438 **Cruz – CAIMC (TOPOGIGIO):** Sim, aí eles entenderam lá que foram feitos os  
439 procedimentos talvez errados, em que não foram ouvidas todas as pessoas envolvidas. Eles  
440 anularam até aquele momento. Então, a gente tem que restaurar a comissão e começar da  
441 comissão para cá tudo de novo. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São**  
442 **Francisco de Assis – CPCA:** Olha, eu estive presidindo uma eleição, acompanhei outras, mas  
443 nós tínhamos sempre um papel muito ativo da presença da PGM, com um procurador do  
444 Município que orientava. Isso tem implicações muito grandes, eu acho tão complicado a gente  
445 tentar restabelecer uma justiça, se é para reparar o que foi feito naquele momento, que a gente  
446 deveria enquanto Conselho... E eu não me sinto capaz, não sei quem foi a comissão aqui, sem

447 ter esse apoio. Talvez tenha que buscar o procurador do Município para poder a gente  
448 subsidiar como que a gente vai fazer essa escuta, senão vai ficar uma celeuma, cada vez uma  
449 bola de neve maior. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do**  
450 **Morro da Cruz – CAIMC (TOPOGIGIO):** Quando chegou a decisão nós encaminhamos  
451 para a PGM, a PGM nos respondeu de que cabe ao Conselho, de acordo com o edital, fazer as  
452 tomadas de decisões. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis**  
453 **– CPCA:** Eu concordo com isso. Mas nós temos que chamar a PGM para estar junto aqui,  
454 para construir os pareceres também tecnicamente. Eu sei que temos alguns advogados aqui no  
455 nosso meio que podem ajudar, mas a PGM tem esse papel por causa de algumas implicâncias  
456 que incidem na vidade Município, uma é se o cara for reclamar que foi injustiçado há 4 anos  
457 atrás, ele deixou de receber o seu salário. **Theresinha Bastos, Movimento, Movimento pelos**  
458 **Direitos da Criança e do Adolescente – MDCA:** Pelo que eu li do processo, ele vai pedir e  
459 vai ganhar. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da**  
460 **Cruz – CAIMC (TOPOGIGIO):** Exato. Mas quero referendar o que a Priscila falou em  
461 outras plenárias, ela, o Rodrigo e outros. Penso de que a gente possa sugerir à comissão para  
462 ouvir até os próprios componentes da antiga comissão, os componentes que eram os  
463 funcionários. O que acontece? Ah, foi o processo feito de forma um pouco distorcida. Ok,  
464 então, como foi? Como não foi? Sei que não é uma competência nossa, mas, ao mesmo tempo,  
465 a gente tem que pensar também na questão de não fazer esse erro em 2023. Então, olha o  
466 valor que é sim para o Município se tiver que fazer um pagamento retroativo. Então, são  
467 questões assim. A Priscila e depois já vamos encaminhar. **Priscila Contini Marcondes,**  
468 **Federação Espírita do Rio Grande do Sul – FERGS:** Não, é somente a repetição da fala do  
469 Frei. Sim, embora tenhamos profissionais da área do Direito atuando aqui, eu sou uma, mas  
470 não é a nossa atribuição, não é a competência. Eu não tenho nem autorização para atuar  
471 respondendo questões jurídicas dentro do Conselho, independente do assunto. A Aline Stoll é  
472 a profissional competente e responsável, designada para essa atividade. E no meu  
473 entendimento, aí falando como Conselheira, por ter um pouco de bagagem jurídica também, a  
474 Aline Stoll deveria estar acompanhando todas essas falas desde o início, que essa é de  
475 responsabilidade dela. Então, salvo melhor juízo, esse é o meu parecer, é assim que deve ser.  
476 **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Concordo  
477 plenamente, Priscila. Quem em última instância responde do ponto de vista jurídico é a PGM,  
478 nós podemos contar com a capacidade técnica de vocês em nos ajudar, mas a PGM tem a

479 tarefa de subsidiar. **Priscila Contini Marcondes, Federação Espírita do Rio Grande do Sul**  
480 – **FERGS:** Exatamente. **Aline Borges, Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e**  
481 **Juventude – SMELJ:** Eu concordo. Ainda mais que envolve valores, foge da nossa alçada. A  
482 PGM deveria emitir o parecer, a gente diz sim ou não. Então, teria esse respaldo jurídico e  
483 cabe ao Conselho, por ser soberano, dizer se acata ou não o entendimento da PGM, porque,  
484 futuramente, se ele ingressar com uma ação contra o município vai ser a PGM quem vai  
485 responder. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da**  
486 **Cruz – CAIMC (TOPOGIGIO):** A PGM já deu o parecer dela, segue-se o edital e a  
487 competência é do CMDCA. A PGM não vai dizer o que é certo ou errado, até porque se ela  
488 chegasse e falasse para nós, nós mesmos: “Pô e a nossa autonomia cadê?” **Frei Luciano Elias**  
489 **Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Carol, talvez eu não me fiz  
490 entender. Quem subsidia o Conselho nas decisões, porque nós temos que ter um lastro jurídico  
491 para amparar. Na verdade, quem vai decidir somos nós, mas ela pode apontar os dois  
492 caminhos, qual a perspectiva. É isso que nós estamos pedindo, para nos subsidiarem para nós  
493 podermos decidir dentro de critérios jurídicos. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**  
494 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – CAIMC (TOPOGIGIO):** Então, temos que  
495 retomar a comissão, que isso independe de análise ou não da PGM, aí provocar a PGM para  
496 nos trazer embasamentos até mesmo para a comissão. Pode ser assim? Então, podemos votar a  
497 restauração da Comissão Especial, com poderes de Comissão Eleitoral, para análise do caso  
498 João Virgílio. **Theresinha Bastos, Movimento, Movimento pelos Direitos da Criança e do**  
499 **Adolescente – MDCA:** A Comissão são as duas meninas que trabalharam e mais o Rodrigo?  
500 **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**  
501 **CAIMC (TOPOGIGIO):** Exatamente. Então, quem é favorável, por favor, levantar a mão.  
502 Alguém contra? Alguma abstenção? Uma abstenção. **APROVADO COM 01 ABSTENÇÃO.**  
503 **Kátia,** depois eu peço ao Paulo para auxiliar, mas a gente vai encaminhar para a PGM, para  
504 que possa se manifestar, para orientar se a gente decidir A ou B o que pode acontecer, até de  
505 impacto mesmo para a cidade. Isso eu acho que não entra muito na nossa decisão, mas ainda  
506 sim daria um respaldo, uma segurança um pouco maior. **Priscila Contini Marcondes,**  
507 **Federação Espírita do Rio Grande do Sul – FERGS:** Carol, eu acredito que a PGM tendo a  
508 informação correta pode modificar o parecer opinativo que tenha dado anteriormente, porque  
509 dificilmente eles entenderiam que não era atribuição deles. Então, a gente pode dar esse voto  
510 de confiança neste momento, porque talvez a PGM tenha entendido de maneira equivocada,

511 talvez não tenha sido explicado corretamente ou esclarecido o viés da coisa. Realmente,  
512 decisões são tomadas pelo CMDCA, mas essa questão jurídica e orientadora é uma  
513 necessidade da PGM, porque havendo um processo judicial quem responderá em nome do  
514 Município é a PGM. Então, é importante que a PGM tome conhecimento e orientando qual é a  
515 estratégia jurídica adequada a ser adotada pelo CMDCA. Obrigado. **Carolina Aguirre da**  
516 **Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – CAIMC (TOPOGIGIO):**  
517 Tranquilo. A gente vai fazer um encaminhamento da forma mais correta. Conselheiros, eu os  
518 entrego ao Paulinho. Eu continuarei no online, mas aí a gente se fala. **Theresinha Bastos,**  
519 **Movimento, Movimento pelos Direitos da Criança e do Adolescente – MDCA:** Boa sorte  
520 lá! **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**  
521 **CAIMC (TOPOGIGIO):** Para todos nós! **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da**  
522 **Criança:** Então, vamos continuar. Só dar um retorno que o Everton trouxe sobre o GT  
523 Vínculo SUAS, do projeto técnico que envolve os adolescentes. Então, foi trabalhado no GT e  
524 aquelas considerações do CMDCA foram acolhidas, tinha algumas do Fórum. Então, foi  
525 entregue para ir ao CMAS. Era isso. Foi sugerido que a gente tenha uma reunião com a  
526 Executiva do CMAS, porque agora vai ser avaliado com eles e pode ter mudança ainda no  
527 decorrer. Então, pediram um alinhamento, porque as nossas considerações também podem ser  
528 vetadas. Era isso. O que mais temos aqui? Agora passamos para as comissões. É Comissão  
529 Mista, né? **Francine Idiart, Instituto Pobres Servos da Divina Providência – IPSDP:** Nós  
530 estamos fazendo essa dobradinha para agilizar. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da**  
531 **Criança:** E a Comissão de Registro? **Eduarda Roos, Casa do Menino Jesus de Praga:** A  
532 Comissão de Registro não tem nenhum para a plenária esta semana. Só tem uma coisa que a  
533 Carol falou comigo, que é sobre a ADRA, que além da visita da semana que vem, de que fosse  
534 feito um ofício pedindo alguns esclarecimentos, a Carol falou no MP, mas não sei exatamente  
535 o que precisa conter no ofício, quais são esses esclarecimentos. A visita, o carro, está tudo ok,  
536 mas esse ofício que fiquem com dúvida. Eu fico à disposição para auxiliar, mas não sei  
537 exatamente precisa conter no ofício. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança:**  
538 Eu vejo com ela e coloco no grupo do Registro. **José Alfredo Nahas, Parceiros Voluntários:**  
539 Talvez seja aquela função de não ter registro em Curitiba. **Paulo Francisco da Silva,**  
540 **Pequena Casa da Criança:** O João sabe. João Rocha! Está sem áudio. Ao Ministério Público  
541 é só para pedir informações. João! **Francine Idiart, Instituto Pobres Servos da Divina**  
542 **Providência – IPSDP:** O João está colocando ali sobre o que foi encaminhado semana

543 passada, para construir ofício e também agendar reunião. **Eduarda Roos, Casa do Menino**  
544 **Jesus de Praga:** Kátia, pode verificar no SIAS se tem algum histórico da ADRA. Também  
545 precisamos decidir quem serão os representantes que irão realizar essa visita, porque tem  
546 muitas questões e talvez as pessoas interessadas também possam comparecer na visita. **Frei**  
547 **Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** A questão da  
548 idoneidade é um dos critérios aqui, porque às vezes uma instituição... Como no caso, uma vez  
549 fomos a uma instituição, fomos fazer uma plenária lá na zona norte, houve ameaças aos  
550 membros do CMDCA. E lá havia uma questão de conflito e de idoneidade, foi destituída a  
551 instituição. Mas, outrora, no passado. **José Alfredo Nahas, Parceiros Voluntários:** Sim,  
552 João, tem que olhar o histórico. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança:**  
553 Então, verificar no SIAS e tem registro e se já teve programa inscrito. Então, visita agendada  
554 para quarta-feira pela manhã, às 9h30min. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São**  
555 **Francisco de Assis – CPCA:** Eu acho que antigamente a ADRA tinha acolhimento  
556 institucional e fechou por algum motivo. **Eduarda Roos, Casa do Menino Jesus de Praga:**  
557 Eu acho que o SIAS pode retratar esse histórico. Ou quem tiver o interesse de ir, mas não  
558 puder por causa do horário, pode colocar ponto, perguntas que no momento da visita a gente  
559 possa verificar. **José Alfredo Nahas, Parceiros Voluntários:** Na visita eu acho que vocês vão  
560 olhar muito mais em relação ao espaço, aos programas e serviços desenvolvidos. Tem outra  
561 questão que tem que ser vista, que é o que já foi trazido. **Frei Luciano Elias Bruxel,**  
562 **Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** De repente tem uma nova diretoria,  
563 totalmente diferente de 10 anos atrás. [Falas concomitantes]. **Paulo Francisco da Silva,**  
564 **Pequena Casa da Criança:** Feito! Então, é fazer a visita e paralelamente o ofício. Vamos  
565 avançar? A próxima comissão. Comissão de Políticas? **Francine Idiart, Instituto Pobres**  
566 **Servos da Divina Providência – IPSDP:** É um certificado para captação de recurso. É a  
567 ASPJ – ASSOCIAÇÃO DE ENSINO E ASSISTÊNCIA SOCIAL SANTA TERESA DE  
568 JESUS. SEI 23.0.00060705-3: Projeto de qualificação dos espaços físicos do Serviço de  
569 Convivência através da aquisição de material permanente para melhor atender 144 crianças e  
570 adolescentes de 06 a 14 anos. Valor total de R\$ 57.261,20, 5% de retenção. A comissão é de  
571 PARECER FAVORÁVEL. **Rosana Fernandes Nunes, Associação de Pais e Amigos dos**  
572 **Excepcionais de Porto Alegre, APAE/POA:** É a Comissão Mista. **Francine Idiart,**  
573 **Instituto Pobres Servos da Divina Providência – IPSDP:** Isso, em conjunto. **Paulo**  
574 **Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança:** Então, vamos para a votação. Quem é

575 favorável ao parecer da comissão? Alguém é contra? Alguma abstenção? Então, **APROVADO**  
576 **POR UNANIMIDADE. Márcia, Associação Cristã de Moços do RS – ACM:** Fora isso a  
577 gente analisou mais 12 projetos, mas a gente deu encaminhamento para a Secretaria. **José**  
578 **Alfredo Nahas, Parceiros Voluntários:** A Finanças também avaliou todos os projetos e feitos  
579 os despachos. Não tinha nada para trazer. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da**  
580 **Criança:** Então, alguém tem algum informe? Eu vou iniciar, dia 15, terça-feira, a Pequena  
581 Casa da Criança faz 67 anos. [Aplausos]. Então, vamos ter a celebração de uma missa em ação  
582 de graças. Quem tem mais informe?  
583 Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da Plenária do Conselho Municipal dos  
584 Direitos da Criança e do Adolescente, às 16h30min, da qual foi lavrada a presente ata por mim, **Patrícia**  
585 **Costa Ribeiro, sob o Registro nº 225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção de**  
586 **veracidade.**